



## Comissão tem mais 40 dias para trabalhar

A Comissão Parlamentar de Inquérito que apura irregularidades no Poder Judiciário decidiu ontem prorrogar até 5 de outubro os seus trabalhos, que seriam concluídos no próximo dia 26.

PÁGINA 5

## Semana termina com 16 matérias aprovadas

A proibição do uso de chumbo e estanho para acondicionar alimentos enlatados está entre as decisões adotadas pelo plenário do Senado

O Senado Federal aprovou nesta semana um total de 16 matérias, das quais 11 foram promulgadas, quatro enviadas à sanção presidencial e uma encaminhada à Câmara dos Deputados para deliberação.

A obrigatoriedade de divulgação dos índices de evasão escolar, a proibição do uso de chumbo e estanho nas embalagens de gêneros alimentícios, um acordo de cooperação com a Colômbia para o combate ao narcotráfico e a emenda que altera o texto constitucional para formalizar a criação do Ministério da Defesa estão entre as propostas acolhidas pelos senadores.

Também foi grande a produtividade no Congresso Nacional, com a aprovação de 14 medidas provisórias.

PÁGINA 3



O governador baiano César Borges, o senador José Roberto Arruda e vários parlamentares prestigiaram o ato de promulgação da lei de incentivo à desconcentração industrial

## ACM promulga lei de incentivos a montadoras

O presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães, promulgou ontem a lei que viabilizará a instalação de uma fábrica da Ford na Bahia. A lei estabelece incentivos fiscais para a implantação de indústrias de veículos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país. Antonio Carlos agradeceu o apoio do presidente Fernando Henrique “à causa da desconcentração industrial e do desenvolvimento das regiões menos favorecidas”.

PÁGINA 2

## SENADORES PROPÕEM CONTROLE MAIS RÍGIDO SOBRE CONTAS CC-5



A CPI dos Bancos vai propor maior controle sobre as remessas de dinheiro para o exterior por meio das contas CC-5, anunciou o senador Jader Barbalho. Ele estranhou que Ângelo Calmon de Sá, ex-controlador do Banco Econômico, tenha usado o mecanismo para enviar ao exterior cerca de US\$ 2 bilhões. Além de Calmon de Sá, a CPI ouviu ontem o banqueiro Vicente Benedito Francês e o ex-dono do Excel, Ezequiel Nasser.

Calmon de Sá acusou o Banco Central de ter promovido “uma intervenção precipitada e desastrosa” no Banco Econômico

PÁGINA 5

# ACM promulga lei que viabiliza Ford na Bahia

O presidente do Congresso agradeceu ao presidente Fernando Henrique Cardoso o “apoio e a sensibilidade” à causa da “desconcentração industrial e da promoção do desenvolvimento nas regiões menos favorecidas”

O presidente do Congresso Nacional, Antonio Carlos Magalhães, promulgou ontem lei que concede incentivos para a desconcentração industrial no país, viabilizando a instalação de uma fábrica da Ford na Bahia. A lei estabelece estímulos para a implantação de indústrias de veículos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Ao lado do governador da Bahia, César Borges, do deputado Ronaldo César Coelho, vice-líder do governo na Câmara, e do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Senado, além de integrantes da bancada baiana na Câmara, Antonio Carlos agradeceu o “apoio e a sensibilidade” revelados pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em relação à causa da “desconcentração industrial e da promoção do desenvolvimento nas regiões menos favorecidas”.

O presidente do Congresso apontou as “amplas perspectivas de estímulo ao desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas, como o Norte e o Nordeste”, que se abrem com a promulgação dessa lei, ressaltando o “apoio quase unânime de todo o Congresso, em duas votações, a essa pro-

posta”. A escolha da Bahia pela Ford, explicou, “resultou do equilíbrio financeiro oferecido pelo estado e das boas condições para implantação de uma fábrica que deverá ser das maiores do mundo dessa marca, gerando 5 mil empregos diretos para a produção de 250 mil veículos por ano”.

A lei foi promulgada pelo senador Antonio Carlos Magalhães, na condição de presidente do Congresso, por ter se originado de uma medida provisória editada pelo Executivo e aprovada sem alterações pelo Legislativo. Caso a MP tivesse sido aprovada com mudanças, resultando em um projeto de lei de conversão elaborado pelo Legislativo, teria que voltar ao Executivo para sanção pelo presidente da República.



Antonio Carlos promulgou a lei por ela ter se originado de MP aprovada sem modificações



## SENADOR RECEBE JATENE

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o cirurgião Adib Jatene (foto), ex-ministro da Saúde. Foi uma visita de cortesia, explicou Jatene, que veio a Brasília participar da abertura do Congresso Médico do Distrito Federal.



Antonio Carlos e José Manuel Barroso querem ambiente de confiança entre brasileiros e portugueses

## Líder da oposição portuguesa debate relações bilaterais

O deputado José Manuel Durão Barroso, líder da Oposição (PSD) no Parlamento de Portugal, esteve ontem com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. O parlamentar está em visita ao Brasil para contatos com a comunidade portuguesa, em razão das eleições previstas para o dia 10 de outubro naquele país.

O deputado declarou que, “na vinda para mobilizar a comunidade portuguesa que vive no Brasil, com vistas a sua participação no próxi-

mo pleito, não poderia deixar de manter contatos com grandes amigos de Portugal e trocar impressões sobre a situação brasileira e o estado das relações entre os dois países”.

No encontro com Antonio Carlos, revelou Barroso, houve uma troca de opiniões sobre dificuldades nas relações bilaterais e ambos manifestaram “a disposição de trabalhar para manter um ambiente de confiança entre brasileiros e portugueses”.

## Plenário aprecia fim de coligação em eleições proporcionais

Na sessão deliberativa da próxima terça-feira, o Senado deverá votar o projeto de autoria do senador Sérgio Machado (PSDB-CE) que proíbe as coligações partidárias nas eleições proporcionais, mas mantém a possibilidade de coligação para as eleições majoritárias, que englobam os ocupantes de cargos do Poder Executivo e os senadores.

De acordo com o autor do projeto, a proliferação de partidos políticos sem qualquer expressão, em termos de votação, torna caótico o processo eleitoral, “confundindo o eleitor, fazendo com que ele passe a desprezar o partido e limitando sua escolha ao nome do candidato”. Para Sérgio Machado, as coligações nas eleições proporcionais são de conveniência meramente eleitoral e terminam mantendo em atividade “obscuras siglas partidárias” sem conteúdo doutrinário.

Constam ainda da pauta três projetos de decreto legislativo: o primeiro aprova o Acordo de Cooperação sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear, celebrado entre o Brasil e os EUA; o segundo ratifica Acordo sobre Serviços Aéreos entre Brasil e Cuba; e o último renova a permissão da Rádio Itapema FM de Porto Alegre.

## AGENDA

SEXTA-FEIRA, 20 DE AGOSTO DE 1999

### PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)  
2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070  
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327  
Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impressa pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Plenário votou 16 matérias em três sessões

Semana de muito trabalho no Senado incluiu a promulgação de onze propostas e o envio à sanção de outras quatro. O Congresso Nacional reuniu-se também e aprovou 14 medidas provisórias

A obrigatoriedade de divulgação dos índices de evasão escolar; a reparação pecuniária em favor dos aeronautas punidos por atos institucionais; a proibição de uso de chumbo e estanho na soldagem das embalagens de alimentos; e a aprovação do acordo de cooperação com a Colômbia para combater o narcotráfico estão entre as 16 matérias votadas esta semana pelo plenário do Senado. Dessas matérias, 11 foram promulgadas; quatro enviadas à sanção presidencial e uma à deliberação da Câmara dos Deputados.

O Congresso Nacional, por sua vez, aprovou 14 medidas provisórias, entre elas a que permite a instalação de uma fábrica da Ford na Bahia. Trata-se da MP 1.916, que cria incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e isenta de IPI (Imposto sobre



Senadores aprovaram a obrigatoriedade de divulgação dos índices de evasão escolar e acordo com Colômbia contra o narcotráfico

Produtos Industrializados) as indústrias que queiram se instalar nos estados sob a influência da Sudene e da Sudam e em alguns estados do Centro-Oeste.

Os senadores iniciaram a semana aprovando projeto que obriga a di-

visão dos índices de evasão e repetência escolares pelos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. Ficou decidido que essas informações deverão ser encaminhadas às secretarias municipais e estaduais de

Educação, que ficarão obrigadas a divulgar o material junto a organizações da sociedade civil e ao Ministério Público.

Também foi aprovada emenda constitucional adequando à Constituição federal a criação do Ministério da Defesa e dos comandos da Marinha, Exército e Aeronáutica. De iniciativa do senador Roberto Freire (PPS-PE), foi aprovado projeto regulamentando norma das Disposições Constitucionais Transitórias permitindo reparação econômica aos aeronautas e aeroviários atingidos por atos institucionais que os impediram de exercer a profissão.

Os senadores aprovaram termo aditivo ao refinanciamento da dívida de Santa Catarina, federalizando o débito daquele estado com seu instituto de previdência. Na ocasião, o se-

gador Jader Barbalho (PMDB-PA) apresentou projeto estendendo esse direito a todas as unidades da federação. Sua argumentação é a de que "o Executivo não se recusará a atender os demais estados e municípios que se encontrarem na mesma situação".

Foi ainda aprovada a programação monetária do governo para o terceiro trimestre de 1999, assim como acordo prevendo a instalação no Rio de Janeiro de escritório do Centro das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (Habitat), destinado a atender a América Latina e o Caribe.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou mensagem presidencial autorizando o governo federal a contratar empréstimo de US\$ 15 milhões junto ao Bird, para aplicar em Projeto Emergencial de Prevenção e Controle de Incêndios na Amazônia.

## Latas de alimentos não poderão mais ter soldagem de chumbo

As fábricas de alimentos ficarão proibidas de utilizar a técnica da soldagem de chumbo e estanho para o acondicionamento em latas de gêneros alimentícios. É o que estabelece projeto aprovado ontem pelo plenário do Senado. O texto aprovado determina um prazo de dois anos a partir da publicação da lei para as empresas se adequarem à nova norma. A soldagem por chumbo e estanho será substituído pela costura eletrônica das embalagens. Os produtos secos ou desidratados foram exceções da proibição.

O projeto, de autoria do então senador Márcio Lacerda, foi aprovado na forma de substitutivo apresentado pela Câmara dos Deputados. Como explica em seu parecer o relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos, senador Lauro Campos (PT-DF), o projeto original, de 1989, previa também que os enlatados trouxessem no rótulo o número do lote e as datas de fabricação e embalagem dos produtos, medida que acabou sendo adotada ao longo dos seis anos em que o projeto tramitou na Câmara.

## Acordo com Colômbia combate o tráfico

Acordo de cooperação firmado entre o Brasil e a Colômbia aprovado ontem pelo plenário do Senado estabelece formas de controle sobre os chamados "precursores", produtos utilizados no processamento de entorpecentes e substâncias psicotrópicas. Assinado em Cartagena de Índias em 7 de novembro de 1997, este acordo soma-se a outro, o Acordo sobre Cooperação Mútua para o Combate ao Tráfego de Aeronaves Envolvidas em Atividades Ilícitas Transnacionais, ambos fundamentados na Convenção das Nações Unidas contra o tráfico ilícito de entorpecentes.



José Jorge foi o relator do projeto na CRE

O senador José Jorge (PFL-PE) foi o relator na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Pelos termos acordados, os ministérios da Justiça brasileiro e colombiano se-

trão as autoridades centrais responsáveis pela implementação do acordo. No prazo de 90 dias após a aprovação do documento, Brasil e Colômbia deverão estabelecer a lista de substâncias químicas essenciais sujeitas à vigilância bilateral.

Conforme o documento aprovado, os dois países prestarão informações sobre as autorizações, licenças ou permissões concedidas, recusadas ou revogadas

para exportar, reexportar, importar, transportar, distribuir e pagar transações comerciais de precursores e de substâncias químicas essenciais sobre as quais hajam fundadas suspeitas de utilização ilícita.

Na opinião do senador Romeu Tuma (PFL-SP), o acordo hoje aprovado é um dos mais importantes atos com o objetivo de combater o narcotráfico nas fronteiras entre Brasil e Colômbia e, para que ele seja cumprido à risca, o senador disse esperar que o governo brasileiro dê à Polícia Federal os meios necessários.

Na mesma sessão o plenário aprovou as emendas a acordo firmado pela Organização Internacional de Telecomunicações (Intelsat).

## RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUINTA-FEIRA, 19 DE AGOSTO DE 1999

1

Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 1998 (nº 4.419/98, na Casa de origem). Presidente da República. Inscreve o nome de d. Pedro I no Livro dos Heróis da Pátria.

**Resultado:** Aprovado o projeto e a Emenda nº 1-CE, de redação. À sanção.

2

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 240, de 1989. Márcio Lacerda. Estabelece prazo de dois anos para que as fábricas de alimentos adotem a tecnologia de costura eletrônica no acondicionamento de enlatados e determina a impressão, no rótulo ou na parte externa da embalagem, do número de lote, data de fabricação e validade do alimento acondicionado.

**Resultado:** Lido e aprovado requerimento para votação em globo do substitutivo. Aprovado o substitutivo, em globo, ressalvado o art. 4º, destacado. Em votação o art. 4º. Rejeitado. À sanção.

3

Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 1999 (nº 777/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o texto do Acordo de Cooperação para Impedir o Uso Illegal de Precursores e Substâncias Químicas Essenciais para o Processamento de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, celebrado entre o Brasil e a Colômbia, em Cartagena de Índias, em 7 de novembro de 1997.

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

4

Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 1999 (nº 780/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o texto das emendas aos arts. 6º, 14, 15 e 22 do Acordo Operacional da Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite (Intelsat), aprovadas pela 26ª Reunião dos Signatários, em 16 de abril de 1996.

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

## Dom Pedro I vai para Livro dos Heróis da Pátria

Em homenagem ao bicentenário do nascimento de dom Pedro I, que se comemorou no dia 12 de outubro de 1998, o plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei da Câmara dos Deputados, de iniciativa do presidente da República, que inscreve o nome do imperador no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Pátria Tancredo Neves, em Brasília.

O relator da matéria, senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS), emendou o texto do projeto original, mas apenas para adaptá-lo à circunstância de que a tramitação legislativa não permitiu o cumprimento do objetivo de fazer coincidir a inscrição no Livro dos Heróis da Pátria com o bicentenário de nascimento do homenageado. O projeto vai à sanção presidencial.

Entre as várias razões da biografia de dom Pedro I que justificaram o apoio à iniciativa presidencial, o relator salientou "o ato declaratório da Independência, momento culminante de um longo processo, cujo desfecho já havia sido renunciado por ocasião da convocação da Assembléia Constituinte e Legislativa do Brasil, perpetrada pelo próprio dom Pedro, em agosto de 1822".

## Eduardo reclama pagamento da dívida da União com TO

Ao cobrar a dívida da União para com o estado do Tocantins, contraída por imperativo constitucional, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) manifestou sua indignação com a recente entrevista do presidente Fernando Henrique Cardoso onde ele declara que o governo federal não reconhece essa dívida com o estado:

— Como isso é possível? Como uma dívida constitucional não pode ser re-

conhecida e quitada? É justa essa forma de tratamento ao povo do Tocantins e a um governo aliado? Temos convicção que o chefe do Executivo haverá de rever essa posição absurda, pois a justiça clama pelo pagamento dessa dívida, que não pode ser procrastinado — disse o senador.

Ele lembrou que essa dívida vem sendo cobrada desde 1988, quando o estado do Tocantins foi criado e, de acor-

Senador espera que presidente mude de opinião



do com cálculos atualizados do governo do estado, já chega a R\$ 1 bilhão:

— Até hoje não foi quitada, o que tem condenado nosso estado a uma situação de penúria, sem embargo os esforços da administração estadual no sentido de promover o desenvolvimento sócio-econômico — concluiu Eduardo Siqueira Campos.

# Projeto garante espaço para produção local

Comissão de Infra-Estrutura aprova proposta de Antero de Barros obrigando emissoras de rádio e TV a destinarem 50% do horário nobre da programação para veicular a cultura local

As estações de rádio e as emissoras de televisão de todo o país deverão reservar 50% do horário nobre da sua grade de programação para veicular a cultura local e regional. Isso é o que estabelece projeto de lei de autoria do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), aprovado ontem pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, na forma de substitutivo apresentado pela relatora, senadora Luzia Toledo (PSDB-ES). A matéria, que altera o Código Brasileiro de Telecomunicações, segue para a Comissão de Educação.

De acordo com o projeto, entende-se como horário nobre aquele compreendido entre 6h e 18h para o rádio e entre 18h e 22h para a televisão. Para os que infringirem a lei está prevista uma multa diária variável de R\$ 1.000,00 a R\$ 20.000,00, que deverá ser atualizada conforme a legislação vigente.

A relatora introduziu um prazo de dois anos para as emissoras de rádio e de TV se adaptarem às mudanças. Por sugestão da presidente da comissão, senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) encaminhará requerimento à Mesa propondo que o projeto seja enviado para a Subcomissão de Rádio e TV da qual

ele é integrante.

## REPETIDORAS

Luzia Toledo destaca, em seu parecer, argumento do autor do projeto de que a facilidade sempre crescente das telecomunicações propiciou a criação de um circuito nacional de televisão, transformando as emissoras regionais em meras repetidoras daquelas sediadas nas capitais, especialmente Rio e São Paulo:

— No afã de preservarem a qualquer custo a sua lucratividade, as redes de televisão, com programação gerada a partir das grandes metrópoles, vêm destruindo os costumes e retirando dos espectadores a oportunidade de pensar a sua própria comunidade, hábitos e tradições, sufocando, de resto, toda e qualquer possibilidade de evolução daquelas práticas regionais — ressaltou Luzia.

Ela entende que a importância da matéria aumenta na medida em que a regionalização da programação das emissoras de rádio e TV “procura resgatar as intenções do constituinte, quando da elaboração dos incisos I a IV do artigo 221 da Constituição federal”. No entanto, Luzia Toledo admite sua preocupação quanto à aplicação prática do projeto.



Por sugestão da senadora Emilia Fernandes (E), projeto também será enviado à Subcomissão de Rádio e TV

## EUA têm 2 mil centros de mídia comunitária

Os Estados Unidos possuem hoje cerca de 2.000 centros de mídia comunitária que disponibilizam estúdios e toda a infra-estrutura para a produção de programas, noticiários e shows com artistas locais, informou o senador Pedro Simon (PMDB-RS), presidente da Subcomissão Permanente de Rádio e TV. Ele recebeu informações sobre a legislação que regulamenta o funcionamento de TVs comunitárias norte-americanas do diretor-executivo do Community Media Center de Michigan, Dirk Konning. O encontro ocorreu ontem no gabinete do senador.

Dirk Konning veio ao Brasil para participar do Encontro Nacional de TVs Comunitárias, que ocorrerá em São Paulo, no próximo dia 24. De passagem por Brasília, o executivo americano proferiu palestra no Centro Universitário de Brasília (Ceub), a convite do Sindicato dos Jornalistas do DF, entidade responsável pela administração do canal de TV Comunitária do Distrito Federal. Konning explicou que nos Estados Unidos as companhias de TV a cabo destinam uma porcentagem dos seus faturamentos para a



Diretor americano levou a Pedro Simon informações sobre as TVs

## CI aprova estímulo ao uso de energias alternativas

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) deverá estabelecer diretrizes para programas alternativos, como os de uso do gás natural, do álcool, do carvão e da energia termonuclear. É o que determina projeto de lei do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) aprovado em caráter terminativo ontem pela Comissão de Serviço de Infra-



Patrocínio quer reduzir consumo de energia elétrica

Estrutura. Caso não haja recurso de pelo menos nove senadores, a matéria

segue para a Câmara dos Deputados sem necessidade de apreciação pelo plenário do Senado.

Patrocínio argumenta que o principal objetivo da sua iniciativa é estimular o uso de fontes alternativas de energia, reduzindo o consumo de eletricidade, especialmente a partir da substituição do chuveiro elétrico, “que tanto sobrecarrega o sistema de fornecimento de energia elétrica no Brasil”.

## Portos em Roraima vão integrar o Plano Nacional de Viação

A Comissão de Serviço de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem em caráter terminativo dois projetos incluindo os portos de Santa Maria do Boiaçu e de Caracará, ambos em Roraima, na relação descritiva dos portos marítimos, fluviais e lacustres do Plano Nacional de Viação (PNV). As propostas foram relatadas favoravelmente pelos senadores Romero Jucá (PSDB-RR) e Marluce Pinto (PMDB-RR), respectivamente.

Jucá destacou a importância das aprovações, porque a inclusão dos dois portos no PNV permitirá a Roraima uma integração mais efetiva tanto na economia nacional, quanto com os países vizinhos, como Venezuela e Guiana. Mar-

luce salientou que, ao serem integrados ao Plano Nacional de Viação, os portos poderão receber recursos provenientes do Orçamento Geral da União e de fundos específicos, destinados ao setor de transporte.

O outro integrante da bancada de Roraima, senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), lembrou que depois da federalização das duas principais rodovias de Roraima, a inclusão dos portos no PNV dotará o estado das condições mínimas para transportar sua produção e trazer mercadorias de outras regiões.

A presidente da comissão, senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), elogiou o interesse da bancada de Roraima.

## Suecos sintonizam a Rádio Senado

A redação da Rádio Senado recebeu, em agosto, três e-mails de rádio-amadores suecos que sintonizaram a emissora em ondas curtas, em diferentes cidades da Suécia, localizadas a até 400 quilômetros da capital, Estocolmo.

Todos eles elogiaram a qualidade do som, recebido praticamente sem interferências, apesar dos mais de dez mil quilômetros que os separam do transmissor da Rádio Senado, instalado na localidade de Rodeador, a 70 quilômetros de Brasília.

Profissionais de nível superior que dedicam suas horas livres ao rádio amadorismo, os suecos que escreveram à rádio relataram trechos da programação, para assegurar que entraram em sintonia com a emissora.

manutenção das TVs comunitárias. O senador disse que a palestra dada no Ceub foi gravada em vídeo e será apre-

sentada na Subcomissão de Rádio e TV, vinculada à Comissão de Educação.

## CCJ vota nova regra para horário eleitoral

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), decidiu adiar para a reunião da próxima quarta-feira, às 10h, a votação do substitutivo do senador Edison Lobão (PFL-MA) que estabelece regras para o acesso dos partidos ao horário gratuito de rádio e televisão e aos recursos do Fundo Partidário.

Lobão concordou, ao final da reunião de ontem, que fará a terceira versão do substitutivo, acatando sugestões de vários senadores e permitindo que todos os partidos, mesmo os pequenos, possam ter acesso ao horário gratuito e aos recursos do fundo.

Segundo explicou Lobão, seu próximo substitutivo acatará a emenda do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que propõe a formação de



CCJ votará na próxima quarta-feira o novo texto do relator Edison Lobão

uma federação de partidos políticos, constituída nos três meses que antecedem as eleições. Essa federação, explicou, já modifica a chamada cláusula de barreira, proposta no projeto original de José Agripino, que proibia aos pequenos partidos o acesso aos meios de comunicação e ao Fundo Partidário.

Com uma outra emenda, de autoria do senador Sérgio Machado (PSDB-CE),

o próximo texto incluirá proposta que dá acesso aos pequenos partidos, na proporção de 0,3%, aos recursos do Fundo Partidário e ao horário gratuito no rádio e na televisão.

Também está na pauta da próxima reunião o projeto da reforma político-partidária que amplia o número máximo de candidaturas passíveis de registro pelos partidos políticos.

# Investigações vão continuar até 5 de outubro

CPI do Judiciário decidiu, em reunião administrativa, prorrogar os trabalhos de apuração de irregularidades e a redação do relatório final, que se encerrariam no próximo dia 26. Mas neste período não serão investigados novos casos

Em reunião administrativa realizada na manhã de ontem, a Comissão Parlamentar de Inquérito do Judiciário decidiu prorrogar até 5 de outubro os trabalhos de apuração de irregularidades e a redação do relatório, que se encerrariam no próximo dia 26. Nesta fase, vão prosseguir as pesquisas para esclarecer as relações entre as empresas do Grupo OK, de propriedade do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), o ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo Nicolau dos Santos Neto e a empresa Incal, de propriedade de Fábio Monteiro de Barros. A Incal foi responsável pela construção, suspeita de superfaturamento, do Fórum Trabalhista de São Paulo.

O presidente da comissão, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), frisou que as investigações vão continuar, independentemente de o relator caminhar para a conclusão de sua tarefa. Serão completadas as investigações de irregularidades nos tribunais regionais do Trabalho de São Paulo e da Paraíba e sobre o caso Encol. O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) ressaltou que não serão abertas investigações sobre novos casos.

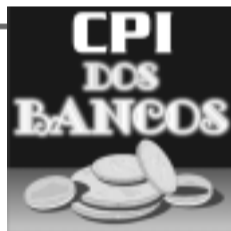
Fazendo uma avaliação dos resultados já obtidos, o senador Ramez Tebet disse que a CPI deu transparência ao funcionamento de algumas instâncias do Judiciário e contribuiu para apontar rumos para a reforma daquele poder. Ele acredita que, diante dos "fatos gravíssimos" apurados, o Ministério Público e outros setores do Judiciário darão prosseguimento às investigações.

A comissão aprovou requerimento de Dutra para que a Infraero forneça as datas, destinos e listas de passageiros de dois aviões do Grupo OK em viagens internacionais, feitas entre setembro de 1991 e agosto de 1999. O objetivo é confirmar se viajaram nas aeronaves o juiz Nicolau, o empresário Fábio Monteiro e seu sócio José Eduardo Correia e Délvio Bufulin, igualmente ex-presidente do TRT-SP. À Polícia Federal serão solicitadas informações sobre as viagens internacionais – em aviões de carreira – de Nicolau, Monteiro, Correia e Bufulin.

O esclarecimento de alguns fatos relativos ao caso Encol ficará a cargo da Polícia Federal, conforme requerimento do senador Carlos Wilson (PSDB-PE) também aprovado ontem.



CPI decidiu complementar as investigações sobre os TRTS de São Paulo e da Paraíba e o caso Encol



## Comissão deve propor controle mais rígido para remessas de dinheiro

"A CPI dos Bancos vai propor controles mais rígidos sobre remessas de dinheiro para o exterior pelas contas CC-5 do Banco Central", anunciou ontem o senador Jader Barbalho (PA), líder do PMDB no Senado e autor do requerimento que originou a comissão. Ele considera "muito interessante" a idéia de que as remessas sejam feitas apenas pelo Banco do Brasil.

Após depoimento de Ângelo Calmon de Sá, ex-controlador do Banco Econômico, Jader Barbalho questionou que o ex-banqueiro tenha remetido para o exterior, pelas contas CC-5, cerca de US\$ 2 bilhões "sem que ninguém tenha perguntado de onde ele estava tirando esse dinheiro".

– Como é que ele mandou tanto



Jader defende mudanças na fiscalização do Banco Central

dinheiro para um banco localizado em paraíso fiscal sem explicar nada? Acho que a CPI tem de propor que uma pessoa ou empresa, antes de enviar dinheiro para o exterior, explique tudo ao Banco Central, especialmente a origem e a finalidade da remessa – opinou o líder peemedebista.

Ainda de acordo com Jader Barbalho, a CPI do

Sistema Financeiro irá propor várias mudanças na fiscalização do Banco Central. O senador afirmou que o depoimento de Ângelo Calmon de Sá revelou como é vulnerável a fiscalização do BC e decidiu questionar a instituição porque, em 1988, ela concordou com uma operação do Econômico com uma coligada e, oito anos depois, após a intervenção, decidiu propor ao Ministério Público ação penal por conta de tal operação.



Calmon de Sá



Ezequiel Nasser



Vicente Benedito Francês

## Calmon diz que BC fez intervenção desastrosa

Em depoimento de três horas à CPI do Sistema Financeiro ontem, o ex-controlador do Banco Econômico, Ângelo Calmon de Sá, acusou o Banco Central de ter feito "uma intervenção precipitada e desastrosa" na instituição, mas defendeu o Proer – programa de reestruturação bancária executado pelo BC.

Calmon afirmou que o Econômico devia R\$ 2,9 bilhões no dia 11 de agosto de 95, mas tinha garantias superiores a R\$ 4 bilhões antes da intervenção. "O Econômico não estava quebrado, apenas enfrentava problemas de liquidez. E o Banco Central demorou nove meses para reabrir o banco ao público." Ele atribuiu essas dificuldades ao governo federal, entre outras coisas por não reembolsar o Econômico por gastos com o seguro rural e com empresas estatais.

Questionado pelo senador Jader Barbalho, que mencionou os processos movidos pelo Banco Central por gestão fraudulenta, Calmon de Sá deu sua versão para cada acusação. Disse que foi surpreendido pelo BC por ter pedido processo baseado em uma operação que recebera aval do próprio Banco Central

em 1988.

Jader interrogou Calmon sobre o banco que ele fundou em um paraíso fiscal (Ilhas Cayman) e para onde remeteu US\$ 2,2 bilhões antes da intervenção. O ex-banqueiro explicou que se tratava de resgate de investimentos feitos por estrangeiros em um fundo gerido pela empresa das Ilhas Cayman.

Calmon de Sá lamentou que, três meses depois da intervenção, o BC tenha

mudado a forma de resolver problemas dos bancos. "O Brasil tinha mesmo que fazer o Proer, como dezenas de países. E aqui custou muito pouco, mal passando de R\$ 20 bilhões. O Japão já gastou US\$ 500 bilhões", disse.

Questionado pelo senador João Alberto (PMDB-MA), Calmon de Sá afirmou que há no Brasil "uma idéia distorcida do Proer, que ele teria sido feito para ajudar banqueiros".

## Banco Excel comprou Econômico por R\$ 230 milhões e vendeu por R\$ 1,00

O Banco Excel comprou o Econômico por R\$ 230 milhões e vendeu por apenas R\$ 1,00 ao Banco Bilbao Vyscaia Brasil, afirmou à CPI do Sistema Financeiro o ex-dono do Excel, Ezequiel Edmond Nasser, em depoimento no início da noite de ontem. Ele afirmou que o novo banco não contava com a crise do Sudeste Asiático e com a inadimplência dos correntistas. "Perdemos R\$ 150 milhões só com a inadimplência com cartões de crédito", disse.

– Além disso, alguns ativos do Econômico tinham problemas e o BC se recusou a comprá-los, apesar de ter feito isso com outros bancos que sofreram intervenção logo depois – acrescentou.

O senador Jader Barbalho imediatamente pediu que a comissão solicite informações ao Banco Central por que tratou o Excel de forma diferente das outras instituições amparadas pelo Proer.

No terceiro depoimento tomado ontem pela CPI, o presidente do Banco Bilbao Vyscaia Brasil, Vicente Benedito Francês, informou que seu grupo financeiro, o segundo da Europa, há muito queria investir no Brasil, "a oitava economia do mundo", e já aplicou aqui R\$ 1,5 bilhão. O Bilbao já possui no Nordeste 975 agências e pretende continuar se expandindo.

## Produção de camarão nacional pode ter estímulo



Maria do Carmo mostra o potencial de geração de empregos do setor

Diante de notícia publicada na *Gazeta Mercantil* de que a importação de camarão deve ser suspensa, a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) alertou os senadores para a possibilidade

de serem gerados empregos no país, principalmente no Nordeste, com a pesca e produção desse crustáceo.

Segundo o jornal, a produção de camarão da China foi atacada por um vírus que destruiu mais de 80% das 200 mil toneladas pescadas naquele país. O mesmo problema, diz a reportagem, já causou um prejuízo de US\$ 500 milhões à Tailândia, "entre outros estragos".

A senadora informou que deverá ser publicada portaria do Ministério da Agricultura suspendendo, inicialmente por 90 dias, a importação do crustáceo — o que, em sua opinião, pode ajudar a abrir espaço para a produção nacional de camarão marinho.

## Marluce: governo não terceiriza saúde nas tribos



Marluce Pinto espera demarcação da terra dos ianomâmis em Roraima

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) refutou, ontem, informações da imprensa sobre a intenção do governo federal de terceirizar o atendimento à saúde dos povos indígenas.

Para o senador, inúmeras iniciativas de combate à fome em tramitação no Congresso Nacional foram arquivadas por falta de vontade política. A seu ver, faltou seriedade para examinar as propostas com o objetivo de colocá-las em prática. Freitas Neto entende que o projeto encabeçado pelo presidente do Senado não é uma proposta acabada, "e teve o mérito de trazer à tona um tema que vinha sendo deixado de lado".

Como forma de colaborar no combate à pobreza e às desigualdades regionais, Freitas Neto informou que vai dar parecer favorável ao projeto do senador

# Boatos de intervenção no Besc deixam Santa Catarina intranquã, diz Maldaner

Preocupado com a corrida de correntistas ao banco estadual, senador pede ao governador Esperidião Amin que retorne de férias para conversar com autoridades do BC em Brasília

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) manifestou ontem apreensão com os boatos de que o Banco Central interviria no Banco do Estado de Santa Catarina (Besc). Ele afirmou ter "notícias de que está havendo uma 'corrida' ao banco, com filas se formando nas calçadas das agências, antes mesmo da abertura das atividades bancárias".

Para Maldaner, é imperativo que o Banco Central desminta esses boatos para acabar com o ambiente de intranquilidade que se instalou entre as famílias catarinenses.

"Não podemos aceitar a intervenção no Besc, uma vez que ele apresenta um catalisador do desenvolvimento do interior do estado. Em cerca de 140 municípios, a única agência que existe é a do Besc, para pagar aposentadorias e movimentar a economia."

O senador por Santa Catarina fez um apelo ao



Maldaner diz que Besc é catalisador do desenvolvimento

governador Esperidião Amin para que retorne rápido de sua viagem de férias à Europa. "Ele embarcou feliz, depois que o Senado aprovou na última quarta-feira (dia 18) a federalização da dívida previdenciária do estado, mas precisa voltar logo para usar seu prestígio junto ao governo federal para reverter essa decisão do Banco

Central, se é que se trata de uma decisão e não meramente boato."

Segundo Maldaner, quando o Besc sofreu intervenção em 1986, o governador, que também era Esperidião Amin, se queixou de estar sendo perseguido pelo presidente Sarney. "Agora a situação é bem diferente, em face da perfeita sintonia entre Amin e o presidente Fernando Henrique Cardoso. Vamos nos unir, de maneira suprapartidária, para fazer pressão e preservar essa instituição bancária tão importante para Santa Catarina", concluiu.

## Suplicy quer saber por que governo paga tanto juro

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou requerimento solicitando que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, informe as razões que levaram o governo federal e o Banco Central a aumentarem a parcela destinada ao pagamento de juros. Segundo o senador, o governo comprometeu



Eduardo Suplicy quer saber os nomes dos beneficiários dos juros

proporção significativa e crescente de suas receitas com o pagamento de juros reais no período entre 1995 e 1999. Ele também quer conhecer a distribuição desse pagamento de juros entre as dívidas externa e interna e como estão sendo contabilizados os efeitos das variações cambiais sobre o pagamento de juros.

— O pagamento de juros em relação aos recursos arrecadados pelo governo federal deu um salto tão significativo a partir de 1997 que constitui um dever do Senado Federal procurar saber em profundidade as razões que explicam essa evolução, bem como demandar das autoridades econômicas quais são os passos que estão sendo dados para reverter o comprometimento desses recursos — justificou.

Outra informação solicitada pelo senador paulista são os beneficiários

do volume de juros pagos pelo governo federal e como esse pagamento afeta o quadro de distribuição de renda no Brasil. Em seu requerimento, Suplicy questiona as conseqüências do aumento do pagamento de juros sobre o crescimento da economia e o nível de emprego.

O senador assinalou que normalmente os detentores de títulos que recebem remuneração na forma de juros são pessoas físicas ou jurídicas dos mais altos estratos de renda.

## Freitas Neto espera que propostas contra pobreza acabem com exclusão

A proposta de combate à pobreza apresentada pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e a consequente criação de uma comissão mista do Congresso destinada a viabilizar medidas concretas para minimizar a fome e a miséria no país representam, no entender do senador Freitas Neto (PFL-PI), um importante passo para erradicar, a curto prazo, a exclusão social e a marginalização de populações inteiras.

Para o senador, inúmeras iniciativas de combate à fome em tramitação no

Congresso Nacional foram arquivadas por falta de vontade política. A seu ver, faltou seriedade para examinar as propostas com o objetivo de colocá-las em prática. Freitas Neto entende que o projeto encabeçado pelo presidente do Senado não é uma proposta acabada, "e teve o mérito de trazer à tona um tema que vinha sendo deixado de lado".

Como forma de colaborar no combate à pobreza e às desigualdades regionais, Freitas Neto informou que vai dar parecer favorável ao projeto do senador

Jefferson Péres (PDT-AM) estabelecendo regras de financiamento para o BNDES e o BNDESPAR que prevêem prioridade para a promoção do desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste.

Freitas Neto acrescentou que, nos termos do projeto, no próximo ano o sistema BNDES aplicará, naquelas duas regiões, 30% do total de recursos financeiros sob sua administração. Essa proporção, segundo ele, se elevará para 35% em 2001 e para 40% a partir de 2002.

— Meu parecer será encaminhado,

em conjunto, à comissão mista de combate à pobreza e à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, dando continuidade à tramitação da proposta

que se enquadra perfeitamente nos objetivos de pôr fim à fome, repartindo de maneira mais justa recursos de um banco que tem como finalidade desenvolver o país harmonicamente — concluiu Freitas Neto.



Freitas Neto: propostas foram arquivadas por falta de vontade política

## Para Valadares, crescimento não melhora vida do povo

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ponderou que "o crescimento econômico não está necessariamente ligado à melhoria da qualidade de vida da população". Para sustentar sua avaliação, Valadares apresentou aos senadores, ontem, dados da Organização das Nações Unidas (ONU) que sustentam essa tese.

— O país enriqueceu, mas não conseguiu transformar essa riqueza em maior expectativa de vida e alfabetização. O Brasil continua um campeão de concentração de renda, em que 15,8% da população não têm acesso às condições mínimas de

higiene, saúde e educação — afirmou Valadares, respaldado por diversos indicadores que compõem o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), da agência internacional.

Para o senador, a disparidade entre as regiões, particularmente entre o Nordeste e o resto do país, é um dos aspectos que mais influem na pobreza brasileira. Além disso, continuou, o processo de integração dos mercados, a globalização, "produz riquezas, mas também aumenta as desigualdades e exacerba as dificuldades

econômicas internas".

— O desafio está em encontrar regras e instituições para uma governança nacional, regional e mundial que preserve as vantagens dos mercados e da concorrência, mas também assegure espaço suficiente para os recursos humanos, comunitários e ambientais necessários à garantia de que a globalização funcione para as pessoas, não apenas para os lucros — propôs Valadares.

O senador acrescentou o mau direcionamento como fator que contribui para a pobreza no país. Para ele, o país não gasta pouco na área social, mas gasta mal. Na sua avaliação, apenas 30% dos recursos chegam efetivamente à sua finalidade.

— É fundamental, portanto, corrigir as distorções nos gastos sociais de forma a reduzir a enorme desigualdade social brasileira. Investir em saúde, em ensino básico, em programas de apoio a micro e pequenas empresas e acabar com subsídios a grandes grupos — analisou.

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) reforçou a crença de Valadares de que o Brasil é "campeão" das desigualdades, devido à excessiva centralização. Bezerra criticou o projeto de reforma tributária apresentado na Câmara, que, na sua visão, "não vai levar a lugar nenhum", pois a União continuará com a maior parte da arrecadação, em vez de deixar "as coisas a cargo dos estados e municípios".



Valadares baseou-se em dados da ONU sobre desenvolvimento humano

# Ademir critica sentença sobre Eldorado dos Carajás

Senador protesta contra absolvição de três oficiais da Polícia Militar acusados de envolvimento no massacre e acusa a Justiça de ter errado ao aceitar que o governador do Pará, Almir Gabriel, prestasse depoimento em sua residência oficial



Ademir lamentou atraso no pagamento de seguro-desemprego a pescadores

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) protestou ontem contra a absolvição de três oficiais da Polícia Militar acusados de envolvimento no massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará. Eles foram os primeiros que tiveram seu julgamento concluído na madrugada de quarta-feira.

— Esse resultado não me espanta, uma vez que o Judiciário do Pará deixou fora do julgamento os principais responsáveis pela chacina, aqueles que deram a ordem para a desobstrução da estrada: o governador Almir Gabriel, seu secretário de Segu-

rança Pública e o comandante da Polícia Militar — disse.

Para Ademir, a Justiça errou novamente ao aceitar o testemunho do governador em defesa dos oficiais acusados e deslocar juiz, jurados, advogados e promotores para a residência do governador para ouvi-lo.

— Isso é um privilégio inaceitável. Se a legislação respalda esse procedimento, o Congresso deveria modificá-la”, afirmou.

## SEGURO-DESEMPREGO

Ademir Andrade também protestou contra o atraso no pagamento do se-

guro-desemprego para os pescadores do Pará, durante os três meses de defeso, em que precisam ficar sem trabalhar para proteger a reprodução dos cardumes.

— Desse jeito, o governo está jogando fora. Quando o dinheiro chega, os pescadores já burlaram a legislação para não morrerem de fome — disse.

Segundo Ademir, durante sua audiência ontem com o ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, explicou a situação, levando o ministro a determinar o imediato pagamento do seguro para os pescadores.

## Maguito lembra vida e obra de Cora Coralina

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO), em nome da liderança de seu partido, homenageou a poetisa goiana Cora Coralina, que completaria hoje 110 anos. Maguito definiu Cora, cujo nome verdadeiro era Ana Lins dos Guimarães Peixoto Brêtas, como uma das pessoas mais talentosas e importantes de Goiás.

— Autora de versos puros, sensíveis, que a consagraram em todo o Brasil; dona de uma personalidade forte, honesta, portadora de um caráter invejável, a poeta-doceira da cidade de Goiás, antiga capital de meu estado, teve uma infância e uma juventude marcadas pela mais absoluta falta de perspectiva, fato natural no final do século passado na região em que nasceu — disse o senador.

Maguito lembrou que Cora teve uma mãe extremamente severa, que a preparou para ser dona-de-casa e considerava “fazer versinhos perda de tempo”. O senador contou que a poetisa mudou-se para São Paulo, para viver uma paixão com um homem 22 anos mais velho que ela e casado. Só voltou à cidade de Goiás aos 60 anos, depois da morte do marido. Nessa época, passou a viver de comercializar doces.

Os poemas de Cora começaram a ser publicados nos jornais locais, disse Maguito, e a boa recepção levou a poetisa a publicar, em São Paulo, seu primeiro livro, *Poemas dos Becos de Goiás e Estórias Mais*, aos 70 anos.

— A consagração nacional veio quando Carlos Drummond de Andrade abençoou sua obra em um artigo no *Jornal do Brasil*. A partir daí, não faltaram editoras querendo publicar seus poemas — disse Maguito, lembrando que a poetisa ganhou diversos prêmios. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) se uniu à homenagem prestada por Maguito.



Maguito Vilela vê Cora como uma das pessoas “mais talentosas” de Goiás

## Heloísa Helena homenageia vítimas de torturas em Alagoas

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) registrou ontem, em discurso, os 20 anos de sanção da Lei da Anistia, fazendo um breve histórico dos fatos que a antecederam “para que as novas gerações tenham a real compreensão da dor, do sofrimento e da brutal violação dos mais básicos direitos humanos de centenas de vítimas da ditadura militar”, disse.

A senadora prestou homenagem a todas as vítimas desse período, em especial a seis alagoanos. Ela lembrou de Luiz de Almeida Araújo, que participava do movimento estudantil e foi torturado na frente da então companheira, Márcia de Almeida, que estava grávida. Segundo a senadora, ele desapareceu e jamais conheceu a filha.

Outro alagoano homenageado por Heloísa foi Jayme de Miranda, jornalista, advogado e membro do Partido Comunista, que foi preso durante o Carnaval de 1975 e nunca mais foi visto. Manoel Lisboa de Moura, também militante comunista, foi preso em 1973, em Recife. Uma nota oficial do governo informou sua morte em um tiroteio. Odijas Carvalho de Souza foi “barbaramente torturado”, segundo Heloísa Helena, e morreu aos 25 anos.

A senadora lembrou, ainda, de Gastone Lúcia de Carvalho Beltrão, presa e morta em situação ainda não esclarecida, aos 22 anos, e José Dalmo Guimarães Lins, torturado no Rio de Janeiro. De acordo com a senadora, José Dalmo nunca se recuperou do trauma sofrido e jogou-se do 6º andar do prédio onde morava, no Rio, em 1971.

— Comemorar os 20 anos da anistia é lembrar de todos os que lutaram pelas liberdades democráticas e pela justiça social, o retorno ao Brasil de inúmeros exilados e a liberdade de outros tantos. Mas é lembrar também que muitas vítimas das arbitrariedades da ditadura continuam desaparecidas — enfatizou.

## Senadora propõe mobilização para anular julgamento

Indignada, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) manifestou ontem, em plenário, sua contrariedade em relação à absolvição dos três oficiais acusados de envolvimento na operação que resultou na morte de 19 trabalhadores rurais sem-terra, no dia 19 de abril de 1996, em Eldorado dos Carajás, no Pará.

— Gostaria de não precisar estar falando dessas vergonhas nacionais que podem levar ao desencanto, ao desalento da população. O MST, as pessoas que participaram da acusação, vamos usar toda nossa capacidade de luta para anular esse julgamento — afirmou Heloísa.

A senadora pediu ao presidente da sessão, senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), que incluía na pauta requerimento de sua autoria para que o Senado crie uma comissão externa para acompa-



Heloísa Helena quer criar comissão para acompanhar caso

nhar os desdobramentos do julgamento do caso Eldorado dos Carajás, além das chacinas de Corumbiara (RO), em que 11 trabalhadores sem-terra foram mortos, e do Carandiru, em que morreram 111 presos.

Em aparte, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) disse participar da indignação de Heloísa. Na sua opinião, é “essa vergonha” que aconteceu em Eldorado e em Belém que leva a população brasileira a perder a confiança até mesmo na democracia.

— A democracia funciona para poucos. Continua funcionando um sistema opressivo para a maioria da população — afirmou Cândido.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) lamentou o veredito, pois “havia uma expectativa enorme, no Brasil e no mundo, em relação ao resultado desse julgamento”.

## Geraldo Cândido recorda mortos pela repressão do regime militar

As 424 pessoas relacionadas pelo livro *Dos Filhos deste Solo*, do deputado Nilmar Miranda (PT-MG), que morreram vítimas da repressão do regime militar foram homenageadas ontem pelo senador Geraldo Cândido (PT-RJ), na continuação das comemorações dos 20 anos da Lei da Anistia. O senador pediu que não se reduza o debate sobre o regime pós-64 a “supostos vencedores e vencidos”.

— No período em que o país foi submetido à perversa Doutrina de Segurança Nacional, houve somente um grande derrotado: o povo brasileiro — sintetizou.

Geraldo Cândido fez um histórico do regime militar, apresentando as razões



Geraldo Cândido não identifica revanchismo em apuração de fatos

que levaram setores da esquerda brasileira a optar pela estratégia da luta armada. Ele criticou os que qualificam como “revanchismo” a tentativa de apurar os fatos praticados nos 21 anos de exceção. “Apurar os fatos abomináveis de um dos períodos mais cruéis de nossa história mantém acesa a esperança por justiça”, disse.

Em aparte ao discurso, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) lembrou que o perdão de ambos os lados é o principal fundamento da anistia.

— Algumas pessoas não perdoaram até hoje. A anistia é lei, vale seja para quem for. Deve ser cumprida com a maior amplitude possível — defendeu.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h55 — *Senado em Pauta*  
7h — *Saúde Todo Dia* — Hidroginástica  
7h30 — *Especial Unip* — Infecção urinária  
7h55 — *Senado em Pauta*  
8h — *Jamal do Senado*  
8h25 — *Senado em Pauta*  
8h30 — *Entrevista* — O senador Sebastião Rocha fala sobre reforma agrária  
8h55 — *Senado em Pauta*  
9h — Sessão Plenária (ao vivo)  
Logo após — CPI dos Bancos  
Logo após — Comissão de Infra-Estrutura (do dia 17/08)  
19h30 — *Consulta Marcada* — Reapresentação do programa sobre alcoolismo  
20h30 — *Entrevista* — O senador Sebastião Rocha fala sobre reforma agrária  
21h — *Jamal do Senado*  
21h25 — *Senado em Pauta*  
21h30 — *Consulta Marcada* — Reapresentação do

programa sobre alcoolismo

22h30 — Estréia do programa *Sintese*  
23h30 — *Espaço Cultural* — Show de Paulo Moura

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h — Agenda Senado  
Em seguida — Música e informação  
9h — Sessão Plenária (ao vivo)  
Em seguida — Música e informação  
14h30 — Sessão Plenária (reprise)  
Em seguida — Música e informação  
19h — “A Voz do Brasil”  
Em seguida — Música e informação  
20h30 — “Senado em Linha Direta — Edição Nordeste”  
Em seguida — Música e informação  
21h — “Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste”  
Em seguida — Música e informação  
21h30 — “Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste”  
Em seguida — Música e informação

# Blairo Maggi propõe auditoria para dívida rural

Afirmando que o governo federal e a imprensa estão tentando jogar a sociedade contra os agricultores, senador diz que só uma investigação independente pode mostrar qual é a real situação das contas dos produtores

O senador Blairo Maggi (sem partido-MT) propôs ao governo que contrate uma auditoria independente para averiguar o endividamento agrícola. Para ele, somente após o país tomar conhecimento do valor real das contas dos produtores rurais e saber os motivos que levaram os agricultores a se endividarem tanto, "é que se poderá tomar uma decisão política e decidir o que fazer com a agricultura nacional".

Após a conclusão da auditoria, no entender do senador, será possível identificar as pessoas que não usaram o dinheiro oficial para o fim específico. O senador sugeriu que sejam separados "os créditos totalmente podres" que o Banco do Brasil, o BNDES ou qualquer outra instituição não têm mais condições de receber e que podem ultrapassar mais de R\$ 4 bilhões.



Para Blairo Maggi, só com dados confiáveis pode-se "decidir o que fazer com a agricultura nacional"

Blairo Maggi acredita que o momento por que passa a agricultura nacional exige "um pouco de calma e bom senso". Ele espera que governo e sociedade encontrem uma saída para a crise

que atravessam os agricultores, principalmente com relação a dívidas bancárias. De acordo com o senador, um agricultor que comprou um equipamento há três anos por US\$ 40 mil, com entrada de 20%, está sendo executado hoje por cerca de US\$ 580 mil. "Isso simplesmente não é possível", protestou.

Maggi também denunciou um ambiente desfavorável à atividade agrícola. "O que não posso admitir é o governo e a imprensa jogarem a sociedade contra o produtor rural", desabafou o senador, afirmando que a agricultura é responsável por 45% do PIB.

Apoiando o pronunciamento de Blairo Maggi, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) questionou as contas que os estabelecimentos de crédito apresentam quando um agricultor resolve negociar as suas dívidas.

## ACM defende acordo em favor dos pequenos

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, repudiou na manhã de ontem a pressão do movimento ruralista sobre o Congresso Nacional e defendeu um acordo em torno da renegociação de dívidas do campo, "desde que aqueles que devem muito e são devedores contumazes saiam do jogo".

Antonio Carlos entende que os benefícios reivindicados devem atender apenas "os mais pobres, aqueles que são pequenos agricultores". O senador apoiou o pronunciamento do presidente Fernando Henrique Cardoso, no qual ele antecipou que vetará a proposta que o Legislativo aprovar

se ela estiver em confronto com a oferta de acordo feita pelo Executivo.

— Concordo inteiramente. Ele vetará se for necessário, na medida em que saia uma proposta ruim do Congresso. E não vetará se a proposta for boa. Acho que faz muito bem — enfatizou.

Sobre a proposta em tramitação na Câmara dos Deputados, o presidente declarou: "Dependendo de mim, não passa no Senado".

O senador Antonio Carlos Magalhães rejeitou, ainda, a pressão dos ruralistas sobre o Congresso.

— Pode ser que para alguns seja positivo, mas para mim é negativo — afirmou o presidente do Senado.

## Valadares sugere distinção entre bons e maus pagadores

Em aparte ao discurso do senador Blairo Maggi, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que é preciso fazer uma distinção entre os bons e os maus pagadores para que os produtores que sempre honraram as suas dívidas não sejam prejudicados.

O senador Amir Lando (PMDB-RO), também em aparte, disse que os produtores deveriam pleitear a revisão de suas respectivas dívidas a partir de uma análise, caso a caso, dos empréstimos contraídos, enquanto o senador Osmar Dias (PSDB-PR) pleiteou maior aporte de recursos para a agricultura.

Para a senadora Heloísa Helena (PT-AL), o protesto dos produtores é um

reflexo da situação da agricultura brasileira. Ela defendeu a adoção urgente de uma nova política agrícola, com juros mais baixos para os produtores. "Do contrário, talvez o país assista no ano que vem a mais protestos dos agricultores", alertou.

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) salientou que os problemas agrícolas não se resumem apenas às dívidas contraídas pelos agricultores, enumerando entre eles o péssimo estado das estradas federais brasileiras, principalmente as localizadas no Centro-Oeste.

Ele alertou que com a chegada das chuvas as estradas ficarão ain-

da mais danificadas, podendo comprometer o escoamento da safra e elevar o preço do frete. "Com isso, certamente, os preços dos produtos irão aumentar."

Embora entenda que o governo tem a obrigação de dar toda a atenção ao setor produtivo, o senador José Fogaça (PMDB-RS) disse que não acha lícito conceder uma anistia de 40% aos devedores. O pleito dos agricultores, conforme garantiu, encontra resistência no próprio governo, na sociedade e em setores da imprensa. Mesmo assim, acredita que o Executivo poderia absorver parte da dívida.

## Ney Suassuna cobra solidariedade contra seca

Ao atravessar o terceiro ano de seca inclemente, a Paraíba e outros estados do Nordeste precisam, mais do que nunca, de solidariedade por parte da nação e do governo federal, afirmou ontem o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), ao ocupar a tribuna para tratar do problema "pela enésima vez", como ele mesmo ressaltou.

O Nordeste conta atualmente com um "cordão agrícola de desenvolvimento", mas a Paraíba, segundo o senador, "olha a banda passar". Ele explicou que



A Paraíba "olha a banda passar", afirma Suassuna

o estado tem dois regimes de chuva, um que atinge o sertão de maio a junho, e outro, na orla marítima, incidente de janeiro a junho. Em 1999, entretanto, não choveu em nenhuma das duas regiões.

A situação chegou a tal ponto que, segundo Suassuna, as famílias estão se desagregando, pois todos os adultos do sexo masculino

estão indo para Brasília, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro em busca de meios de sustento, engrossando os bolsões de miséria dos centros urbanos.

## Osmar Dias pede ao BB e ao BNDES lista de inadimplentes

Frente ao que chamou de "desinformação completa", o senador Osmar Dias (PSDB-PR) apresentou ontem requerimento de informações dirigido ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, para que o Banco do Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) forneçam a listagem dos produtores agrícolas inadimplentes junto a essas instituições. "Precisamos saber quem será beneficiado com o perdão das dívidas dos agricultores", justificou, e "espero que o BB e o BNDES não neguem as informações sob a alegação de que não podem violar o sigilo bancário".

Osmar Dias disse ser favorável a uma negociação entre o governo e os agricultores em relação às dívidas acumuladas por estes, mas observou

que antes é preciso saber quem são esses devedores, pois alguns "tomaram créditos fabulosos" e não os teriam aplicado na agricultura.

O que é inadmissível, na opinião do senador, é um desconto linear de 40% sobre o total das dívidas, sem qualquer discriminação, como está sendo defendido pela bancada ruralista. "Entendo que a bancada ruralista nem sempre defende os agricultores, pois às vezes ela defende interesses particulares", explicou.

Coerente com a decisão do PSDB do Paraná de apoiar o governo federal "no que considerarmos correto", o senador disse que o presidente da República está agindo acertadamente "ao dizer que a sociedade brasileira não pode ser condenada a pagar a dívida daqueles que pegaram emprés-



Osmar critica desconto para quem desviou recursos destinados à agricultura

timo, não o pagaram e até mesmo o aplicaram em outros países". Daí a necessidade de ter as informações completas sobre as dívidas, insistiu.

Em aparte, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) afirmou que a postura de Osmar Dias em relação ao governo federal é a mesma assumida pelo Bloco Oposição. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) também concordou que o Senado precisa fazer uma análise precisa sobre a justiça ou não do conteúdo das reivindicações dos agricultores.

## Patrocínio manifesta temor com a qualidade do leite

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) manifestou preocupação com a contaminação de laticínios no Brasil, em especial com o leite. "Pesquisas governamentais mostraram que mais de 50% do leite tipos B e C, bem como dos queijos prato e minas, apresentaram condições higiênicas inadequadas", advertiu.

Para Patrocínio, a pesquisa feita pelo Ministério da Agricultura e o Instituto Nacional de Metrologia (Inmetro), cobrindo São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, deixa entrever que o problema deve ser muito maior nas demais unidades da federação, que são menos desenvolvidas e fiscalizadas do que esses quatro estados.

Ele lembrou advertências do Ministério da Agricultura para que a população evite consumir produtos não sub-

metidos à sua inspeção, como os comercializados em feiras livres: "Nesses casos, os índices de contaminação por bactérias ou antibióticos chegam a quase 100%."

Mas acrescentou que nem todas as notícias sobre o leite no Brasil são ruins.

— A Fazenda Alegria, a 70 km de Belo Horizonte, recebeu o certificado ISO 9002, o primeiro concedido a uma propriedade rural brasileira, premiada devido ao trabalho com novilhas leiteiras da raça pardo-suíço. A fazenda produz 1.600 litros diários com 80 vacas em lactação — afirmou.

Em aparte, Maguito Vilela (PMDB-GO) disse que a situação do leite no Brasil é tão grave que merece uma CPI para verificar as inúmeras denúncias de leite contaminado.